

Alessandra Franceschini Possebon

JORNAL *SEM TERRA*: IDENTIDADE CAMPONESA EM MOVIMENTO

CELACC/ ECA-USP

2011

Alessandra Franceschini Possebon

JORNAL *SEM TERRA*: IDENTIDADE CAMPONESA EM MOVIMENTO

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em
Mídia, Informação e Cultura produzido sob a orientação
do prof. Dr. Silas Nogueira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo amor incondicional;
Ao meu companheiro Edson pelo carinho e apoio;
Ao orientador desta pesquisa, prof. Dr. Silas Nogueira, que é grande incentivador da minha
carreira profissional e me encorajou a fazer esta pós-graduação;
Aos membros da banca pela cuidadosa análise e preciosas considerações, prof. Ms.
Frederico Daia e prof. Dr. Valdir Baptista.
Ao prof. Dr. Dennis de Oliveira por ter sido o responsável pela minha aproximação com a
área acadêmica ainda no começo da graduação, por suas aulas tão cativantes e
engrandecedoras e pelo apoio para que fizesse este curso;
Ao prof. Dr. Juarez Xavier pelas tardes de sábado instigantes, por sua disponibilidade em
dialogar e por sua imensa colaboração nas reflexões;
Aos colegas de curso e ao João Roque pelas boas conversas, abraços, sorrisos
e crescimentos compartilhados;
Finalizo com um agradecimento especial aos militantes do MST por serem exemplo de luta.

SUMÁRIO

Introdução.....	02
Cultura popular, identidade e comunidade.....	03
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	09
Jornal <i>Sem Terra</i>	12
Análise dos títulos, manchetes e chamadas de capa.....	14
Luta/lutar/lutas.....	14
MST.....	16
Reforma agrária.....	18
Sem Terra.....	19
Agricultura/ agrícola/ agricultor.....	20
Considerações finais.....	21
Referências Bibliográficas.....	23

Jornal *Sem Terra*: Identidade Camponesa em Movimento

Alessandra Franceschini Possebon¹

Silas Nogueira²

RESUMO

O presente artigo busca a partir de uma breve análise do jornal *Sem Terra* identificar alguns dos traços da identidade coletiva do MST. Para tal reflexão propõe uma revisão sobre cultura popular, identidade e comunidade, três conceitos que remetem à busca do homem por seu papel na história. O jornal aparece como um dos instrumentais do movimento para fortalecer sua identidade coletiva e criar um canal de diálogo entre os próprios militantes e entre o movimento e a sociedade civil.

Palavras-chave: cultura popular; identidade; comunidade; MST

ABSTRACT

This article aims, from brief analysis about newspaper “Sem Terra”, to identify some of aspects of collective identity of MST. For this reflexion purposes a revision about popular culture, identity and community, three concepts that allude the men searching their role in the history. The newspaper is one of the instrumentals of movement to fortify its collective identity and create one way of dialogue among their own militants and between the movement and civil society.

Key words: popular culture; identity; community; MST

RESÚMEN

El presente artículo busca, a partir de una breve análisis del periódico “Sem Terra” identificar algunos de los rasgos de la identidad colectiva del MST. Para tal reflexión propone una revisión bajo cultura popular, identidad y comunidad, tres conceptos que remiten a la búsqueda del hombre por su papel em la história. El periódico aparece como uno de los instrumentales del movimiento para fortalecer su identidad colectiva y crear um canal de diálogo entre los propios militantes y entre el movimiento y la sociedad civil.

Palabras llave: cultura popular; identidad; comunidad; MST

¹ Jornalista, mestre em Comunicação pela Unesp - Bauru. Professora do Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto. E-mail: lelepossebon@hotmail.com

² Doutor em Comunicação pela ECA-USP. Professor do Centro Universitário Barão de Mauá e pesquisador do CELACC/ ECA-USP. E-mail: singprof@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como o jornal *Sem Terra* evidencia a identidade³ do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A discussão teórica se dá em torno de três conceitos: cultura popular, identidade cultural e comunidade. A cultura como campo de conflitos, em que o popular “se define enquanto movimento de resistência” (BERGER, 1989, p. 30), a identidade a partir do olhar de Stuart Hall como um conceito que remete na atualidade às “relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação” (HALL, 1992) e a comunidade como um conceito sempre passível de reinterpretações que aqui aparece vinculado às “diversas experiências contemporâneas de aproximação ou contato com as zonas ‘periféricas’ do mundo (eufemismo para os muito pobres, os excluídos da cidadania)” (PAIVA, 2007, p. 13).

Talvez a cultura e suas inúmeras adjetivações (popular, elite, massa) seja um dos temas mais discutidos nas ciências humanas e que ainda gera questionamentos. A cultura popular, neste trabalho, aparece como definição para as diferentes formas de representação criadas pelas minorias, não como algo que tem um lugar definido, determinado pelas tradições e tão imutável quanto os mitos, mas como algo que está em constante diálogo, que expressa e constrói subjetividades.

Subjetividade poderia aparecer como um dos sinônimos de identidade, esta que busca a imutabilidade, mas que se fragmenta, que se contradiz. Ser único não na perspectiva da individualização, mas na busca de identificação uns com outros, identidades que se entrelaçam e se encontram em determinados espaços (reais ou virtuais) para dialogarem e buscarem seus ideais, formando comunidades.

As comunidades diante de um mundo marcado pela informação veem na concepção de seus próprios meios de comunicação uma forma de expressar suas leituras de mundo. Estes meios denominados, muitas vezes, de alternativos ou comunitários têm um papel primordial ao fortalecer a confiança dos indivíduos em sua capacidade de conceber mudanças, de se sentirem parte do todo, não como indivíduos atomizados, mas como sujeitos coletivos.

As razões para a identificação entre sujeitos em uma comunidade são inúmeras, na perspectiva desta análise a reivindicação pelo fim das desigualdades sociais causadas

³ O termo identidade camponesa foi utilizado por ser uma concepção que aparece no jornal *Sem Terra* assim como em outros veículos de comunicação do MST, associada à ideia da vivência no campo e de resgate e manutenção de sua cultura.

essencialmente pela ausência de um amplo projeto de reforma agrária nacional é o que reúne os militantes do MST.

Uma das questões mais controversas e que mais geraram conflitos na história do Brasil é a concentração de terras. As formas de organização das lutas mudaram (de guerras civis localizadas como a Guerra de Canudos para movimentos sociais organizados nacionalmente como o MST), mas o motivo principal de tais lutas continua o mesmo: os problemas sociais gerados pela distribuição desigual do território brasileiro.

O MST hoje é o principal agente social e interlocutor sobre reforma agrária do Brasil com um amplo projeto de mudanças sociais. Organizado em coordenações de diferentes áreas, uma das preocupações do movimento é a comunicação, para tanto os militantes mantêm além de meios de comunicação em cada assentamento, a revista *Sem Terra*, o jornal *Sem Terra*, site (www.mst.org.br), mídias sociais e um boletim informativo via e-mail.

O jornal *Sem Terra* foi escolhido para essa análise por ser o meio de comunicação que acompanhou toda a história do movimento com 30 anos de existência. A análise do jornal foi realizada a partir das manchetes, chamadas de capa e títulos da publicação no período de um ano: abril de 2010 a abril de 2011, abrangendo uma eleição presidencial e duas vezes a organização do Abril Vermelho.

Cultura popular, identidade, comunidade

A conceitualização de cultura popular como “manifestações da tradição ou espírito de um povo” (CHAUI, 2006, p. 288) é criada no século XIX pelos autores da corrente filosófica do Romantismo, momento em que a Europa consolidava o fenômeno do nacionalismo, que passa a valorizar ideais comuns compartilhados pelos habitantes de uma nação.

Os Estados Nacionais já eram divididos em classes sociais, o que trouxe a distinção da cultura entre erudita (ou de elite) pertencente às classes dominantes e a popular, originária dos trabalhadores. Trouxe ainda a concepção de folclore como sinônimo das produções artísticas tradicionais e a arte erudita “passou a ser o conjunto das belas- artes com as obras produzidas ou criadas [...] por artistas individuais, que se dirigiam a um público majoritariamente burguês” (CHAUI, 2006, p. 289).

Essas diferenciações muitas vezes continuam sendo utilizadas considerando a arte popular sempre como mais simples, tradicionalista, repetitiva, de produção coletiva e simplista, e a cultura de elite o avesso dessas qualidades, avaliada como superior à popular⁴.

A possibilidade de reprodução da obra de arte com a Revolução Industrial no século XIX trouxe ainda mais uma concepção de cultura, a cultura de massa, compreendida por Theodor Adorno e Max Horkheimer⁵, como uma cultura industrializada, amorfa e isenta de particularidades, que transforma as produções culturais em produto de mercado. Os autores precursores da Escola de Frankfurt viam em contraposição à indústria cultural, a cultura popular como “uma expressão autêntica das visões e aspirações do público, como na música e na arte folclóricas, e tinha um inerente potencial de oposição” (DOWNING, 2004, p. 34).

Já em 1970 os autores dos Estudos Culturais discutiram amplamente a cultura popular algumas vezes em uma perspectiva próxima de Adorno e Horkheimer e outras influenciados pelo pensamento do autor italiano Antônio Gramsci em que passam a ver a cultura popular de maneira dialética, em contínuo diálogo e confronto com a comunicação de massa. Hall (2003) afirma que com o capitalismo industrial os conflitos se intensificaram em torno da cultura das classes trabalhadoras em que o capital

tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia uma [...] reeducação no sentido mais amplo. E a tradição popular constituía um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a ‘reforma’ do povo era buscada (HALL, 2003, p. 231-232).

Historicamente práticas culturais das classes populares foram marginalizadas diante do que se institucionalizava como cultura⁶, no entanto, a resistência de perspectivas culturais populares e o contínuo movimento de agregação e desagregação cultural revela que “a cultura popular não é, num sentido ‘puro’, nem as tradições populares de resistência [...], nem as formas que as sobrepõem. É o terreno sobre o qual as transformações são operadas” (HALL, 2003, p. 232).

Downing (2004), Chauí (1988) e Hall (2003) criticam tanto a perspectiva dualista da cultura popular, tomada como o antônimo de cultura de elite, quanto a perspectiva

⁴ Tal divisão é criticada com exemplos de como uma separação clara entre cultura do povo e cultura da elite nunca existiu por BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média: Europa 1500-1800*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁵ Adorno e Horkheimer conceberam a expressão indústria cultural para explicar as novas formas de relação com a arte na sociedade capitalista, em que as obras de arte passam também a serem tratadas como mercadorias. ADORNO; HORKHEIMER. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

⁶ A marginalização ainda acontece e é continuamente tema de embates políticos como a recente definição (depois de mais de 300 anos da prática no Brasil) da capoeira como patrimônio cultural brasileiro.

romantizada do termo, que a considera, por ser do povo, como “imediatamente libertadora” (CHAUI, 2003, p. 46). Compreendendo que as culturas populares se entrelaçam com as de oposição e de massa, a cultura popular não é

como uma outra cultura ao lado (ou no fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela [...] um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) (CHAUI, 1986, p. 24-25).

A partir destas reflexões parece insuficiente a concepção de um sujeito único pertencente à uma singular e determinada cultura. As identidades culturais “não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...] escondem negociações de sentido [...] Identidades são, pois, identificações em curso” (SANTOS, 1993, p.31).

Identidade aparece como um tema em voga na atualidade em que os sujeitos não possuem padrões de referência tão sólidos quanto no século passado. A modernidade, segundo Ianni (1999, p. 209), concede novos significados para todas as relações sociais, tendo como categorias essenciais as formas de lidar com o tempo e o espaço. Giddens (2002) coloca a separação entre tempo e espaço como um dos principais elementos que compõem a modernidade, que permite a rearticulação de relações sociais em nível global, o que inclui novas formas de trocas tanto financeiras quanto de conhecimento. "A organização social moderna supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos fisicamente distantes; o 'quando' dessas ações está diretamente conectado ao 'onde', mas não, como em épocas pré-modernas, pela mediação do lugar" (GIDDENS, 2002, p.23).

O final do século XX e início do século XXI traz novas mudanças estruturais relacionadas principalmente às tecnologias da informação em que o sujeito definido anteriormente como “tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias” (HALL, 2006, p. 12). Apesar desta visão ser um tanto simplista, ela nos permite perceber que os conceitos de sujeito mudam no decorrer da história,

As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes [...] a ordem secular e divina das coisas - predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano. O nascimento do 'indivíduo soberano', entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou um ruptura importante com o passado...à medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva e social (HALL, 2006, p. 25-29).

A sociologia na primeira metade do século XX trouxe a definição de um indivíduo que era formado na reciprocidade entre mundo social e mundo interior, assim “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p.11).

As novas relações entre tempo e espaço em que as distâncias físicas praticamente desaparecem com as tecnologias de transporte e de informação influenciam os olhares sobre a realidade e os processos de representação, o que leva a pensarmos a identidade atualmente como algo fragmentado e fluído.

Apesar destes deslocamentos, Hall (2006) afirma que dentre os aspectos que podem definir a identidade cultural de um povo está a cultura nacional, sendo que para o autor a nação não é somente sinônimo de território ou organização política, mas um sistema de representações e de padronizações culturais como a língua e o sistema educacional. A cultura nacional reúne características que apesar de não estarem “literalmente impressas em nossos genes” são pensadas pela cultura moderna como algo essencial, formado e transformado pela representação,

Uma cultura nacional é um *discurso* — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 49).

No entanto, é impossível não considerar que há uma ampla discussão sobre a efemeridade das identidades culturais. Um dos pontos desta discussão é a de que a propagação do consumismo e da globalização gerou uma homogeneização cultural. O que está sendo discutido são as tensões entre a cultura global e a cultura local sendo que para alguns autores o mundo pós-moderno tende para a homogeneização enquanto para outros é verificável “uma nova articulação entre o global e o local” diante de fatores como a improvável substituição completa de uma cultura por outra e a distribuição desigual da globalização nas diferentes regiões do mundo. Segundo o autor, sempre houve (ainda que com intensidades diferentes) tensões entre as identificações locais e globais, de um lado “o crescimento dos estados-nação, das economias nacionais e das culturas nacionais” e de outro “a expansão do mercado mundial e da modernidade como um sistema global” (HALL, 2006, p. 76 -78).

A transitoriedade do sujeito em diferentes identificações parece ser o que define a identidade atual, sendo que em todos os lugares “estão emergindo identidades culturais que não são fixas [...] que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado”. Tal afirmação não pretende imprimir a concepção de que a globalização seja um processo tranquilo ou que a identidade esteja fadada a apenas dois destinos: ou retornando às suas origens ou desaparecendo diante da homogeneização (HALL, 2006, p.88). Octavio Ianni (1999) trata a questão da globalização sinteticamente como algo que,

Ao mesmo tempo que impulsiona a homogeneização, equalização ou integração, provoca fragmentações, rupturas, contradições. Multiplicam-se desencontros de todos os tipos, em âmbitos local, nacional e mundial, envolvendo relações, processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais. As configurações e movimentos da sociedade global descortinam outras possibilidades da geografia e história, novas formas de espaço e tempo, às vezes límpidos e transparentes, outras vezes caleidoscópios e labirínticos (IANNI, 1999, p. 221).

O conceito de comunidade, assim como o de identidade tem sido retomado por diferentes autores, sendo que a comunidade aparece como espaço político, como termo central das questões sociais e da construção de novas formas de laços sociais. Em um mundo fragmentado, as identidades se encontram e “a comunidade permite ao indivíduo e aos grupos vislumbrar a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana” (PAIVA, 2003, p. 11).

A ideia de comunidade foi discutida em diversas épocas a partir de diferentes perspectivas, desde a filosofia medieval, passando pela moral cristã e pelo pensamento romântico alemão até as abordagens sociológicas e psicológicas. Para Sodré e Paiva (2010) a temática da comunidade tem ressurgido nas sociedades contemporâneas marcadas “pela premissa da busca por alternativas ao modelo atualmente vigente”, em amplos aspectos da vida cotidiana como nas relações familiares, no trabalho, na participação política, na educação, entre outros. A palavra, ainda segundo Sodré, está relacionada com a concepção de troca, de estabelecimento de relações e da necessidade de compartilhar inerente ao desenvolvimento tanto individual quanto coletivo.

Em uma sociedade marcada pela “difusão do conflito multicultural”, a questão da comunidade ressurge como “uma réplica à insuficiência do seu modelo individualístico-universalista” (ESPOSITO, 2007, p. 15-16). A comunidade pode colaborar para a resistência

“aos ditames do poder, às pressões da alienação, graças ao impulso dado pela experiência da pluralidade, da expressão múltipla” (PAIVA, 2003, p. 26).

A concepção pode parecer um tanto romântica e idealizada quando utilizada como um projeto que deva ser retomado para que o homem busque práticas e emoções como solidariedade, harmonia, fraternidade e comunhão, algo que ante alguns olhares sobre a sociedade moderna aparentemente é muito distante do real. No entanto, “é necessário assumir que a ideia de comunidade sempre esteve relacionada ao propósito de construção do mundo real, embora como lugar que atendesse ao imaginário do grupo” (PAIVA, 2003, p. 67).

O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies na obra “Comunidade e Sociedade” conceitua comunidade a diferenciando de sociedade. O autor faz uma crítica à sociedade afirmando que esta é o “berço da burguesia e o lugar por excelência da exploração da classe trabalhadora” (BRANCALEONE, 2008, p. 101). As relações comunitárias (*gemeinschaft*) para Tönnies são aquelas em há uma “afeição recíproca”, “a vontade comum e o interesse coletivo”, enquanto as relações societárias (*gesellschaft*) redundaram “num processo progressivo de atomização do indivíduo” (PAIVA, 2003, p. 69-70).

Ao analisar Tönnies, Bauman (2003, p. 15) afirma que o entendimento comunitário aparece como algo que não precisa ser construído, é algo que “*precede* todos os acordos e desacordos”, “um sentimento recíproco e vinculante”. Assim, para Tönnies na comunidade os indivíduos “permanecem unidos apesar de todos os fatores para separá-los, ao passo que na sociedade permanecem essencialmente separados, apesar de todos os fatores tendentes para sua unificação” (TÖNNIES, 1979, p. 67 apud PAIVA, 2003).

Nesta conceitualização a comunidade aparece como sinônimo de salvação das relações humanas, o que influenciou parte do pensamento sobre comunidade nas ciências sociais. Paiva (2003, p. 71-72) distingue três noções sobre o conceito: a perspectiva psicológica, em que se considera a qualidade das relações, os sentimentos de solidariedade e identificação; a noção ecológica que determina comunidade como um grupo dividindo determinado território e o sociológico que tende a definir o conceito como o primeiro grupo social completo e auto-suficiente dentre as organizações sociais.

A identidade territorial ganha novas conotações diante das tecnologias da informação e das novas relações com o tempo e o espaço do século XXI, em que os indivíduos se reúnem por identificações que podem ir de gostos musicais à identificações políticas sem necessariamente ocuparem o mesmo território real.

O papel agregador do espaço físico, apesar de estar sendo modificado diante das comunidades virtuais, tem função agregadora basilar na história da humanidade. No entanto,

talvez mais importante que o papel do espaço físico para se compreender as relações comunitárias é o papel da identificação. Diante da mobilidade e das comunicações, o homem torna-se livre para se reunir com àqueles que têm afinidade independentemente dos laços consanguíneos ou territoriais (PAIVA, 2003, p. 73).

O espaço virtual tem sido utilizado como agregador de novas identidades, mas também como fortalecedor de relações comunitárias existentes no espaço físico, como é possível perceber com a diversidade de meios de comunicação na web vinculados à movimentos sociais historicamente consolidados⁷.

A integração comunitária tem um papel essencial diante de uma realidade extremamente desigual e excludente e da ausência do poder público nas questões das minorias. Os movimentos sociais ao tomar posturas de indagação, indignação e de mobilização criam e recriam a comunidade na atualidade, evidenciando que

[...] falar de comunidade significa necessariamente aportar numa postura política. Eleger a possibilidade comunitária quer dizer opor-se, ou pelo menos não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão (PAIVA, 2003, p. 123).

A concepção de meios de comunicação próprios destes agrupamentos têm chamado atenção dos estudos em torno do conceito de comunidade. A comunicação comunitária como instrumento fortalecedor de lutas e possibilidade de combater a hegemonia dos que têm direito a falar dentro sociedade cria novas formas de linguagem, origina experiências inovadoras de gestão e principalmente é um meio de gerar reflexões sobre a sociedade a partir de perspectivas diferenciadas dos grandes veículos de comunicação.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A história do Brasil é marcada por conflitos de terras, especialmente a partir de 1880 quando a propriedade passa a ter valor comercial e a agricultura começa a produzir para exportação, o que “oferece as condições para a consolidação da hegemonia dos grandes proprietários e a consequente manutenção dos mecanismos concentradores de renda e terra e a exclusão das grandes maiorias” (NOGUEIRA, 2005, p. 161).

Portanto, antes do século XX a terra foi inúmeras vezes palco de combate e resistência entre poder hegemônico e populações marginalizadas, desde as fugas dos escravos das

⁷ Alguns exemplos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (www.mst.org.br), Movimento Indígena (www.indiosonline.net), Movimento de Mulheres Camponesas (<http://www.mmcbrazil.com.br>) e Movimento dos Atingidos por Barragens (<http://www.mabnacional.org.br/>).

fazendas, com a formação de quilombos, até conflitos localizados, como a Guerra de Canudos em 1897.

Dando um salto histórico a década de 1970 é marcada por grandes transformações na agricultura com a mecanização das lavouras e a introdução de novos plantios como a soja, o que levou a migração de populações rurais do sul do país - que trabalhavam essencialmente com agricultura familiar - para outros estados e também para os centros urbanos. As dificuldades dos trabalhadores com outros tipos de lavoura e também de se adequarem à vida urbana obrigou-os a “tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 17).

Os trabalhadores se organizaram em representações políticas, entidades e associações, muitas delas influenciadas pelos modelos europeus de organização trazidos pela migração de trabalhadores da Europa (NOGUEIRA, 2005, p. 164). Destacam-se entre essas organizações as Ligas Camponesas nas décadas de 1940 e 1950, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na década de 1960, a Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e os movimentos operários do final da década de 1970.

Essas lutas, especialmente no final do período da ditadura militar e início da abertura política, refletiam não só as alterações na agricultura brasileira, mas em toda a sociedade. O MST nasce como resultado dessas inúmeras forças políticas, sendo que sua fundação oficial aconteceu com a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná.

Fernandes Mançano (2010, p. 163-164) propõe uma divisão da história do MST em quatro momentos: o de gestação (1979-1984), período das primeiras ocupações na região sul do país; o segundo momento é de consolidação (1985- 1989) em que as ações alcançam escala nacional e que se consolida a estrutura de organização do movimento. O terceiro momento é o de institucionalização (1990 até hoje), em que o movimento torna-se o principal interlocutor sobre reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Já o quarto período, que também está em andamento, é o de fortalecimento de um movimento mundial de reforma agrária organizado pela Via Campesina.

Acesso à terra para todos os que dependem dela para trabalhar, com o estabelecimento de limite máximo para o tamanho das propriedades, garantia de posse e uso por todas as comunidades originárias, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, produção de alimentos saudáveis através do princípio da soberania alimentar (livre de agrotóxicos e de

transgênicos) e políticas de valorização da produção agrícola. Essas são as bases da transformação social através da reforma agrária, segundo o próprio movimento⁸.

Para alcançar tais objetivos, o MST apresenta propostas, como a demarcação e distribuição de terras, a organização da produção no meio rural, o manejo sustentável da água, políticas de industrialização e mecanização agrícola, o desenvolvimento da infraestrutura no meio rural e novas perspectivas para os aparatos administrativos e institucionais do Estado. Buscando construir um diálogo permanente entre os interesses do povo (compreendidos como sujeitos do processo de mudanças) e o Estado (como instrumento capaz de implantar as propostas)⁹.

O movimento está organizado em setores/núcleos como Educação, Saúde, Comunicação, Direitos Humanos, Secretaria, Esporte, Cultura, entre outros, que atuam da instância nacional à local, trabalhando por políticas públicas específicas para cada setor.

Dentre as instâncias que permitem a organização do movimento estão a Coordenação Nacional (formada por dois representantes de cada estado, responsável pelo cumprimento das linhas políticas do MST decididas nos eventos nacionais), a Direção Nacional (composta por membros indicados pela Coordenação, que acompanham as atividades dos diversos setores), coordenações e direções estaduais, coordenações regionais, coordenações de assentamentos e acampamentos e grupos de base (SOUZA, 2006).

No entanto, é relevante ressaltar que cada assentamento tem características próprias, dependendo do espaço geográfico em que se encontra das origens dos assentados, da forma como se conquistou aquela terra e das relações que se constroem entre os próprios assentados e entre estes e os moradores da região seja na área rural ou urbana.

Dois grandes espaços das decisões do MST são o Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos e o Congresso Nacional, que é organizado a cada cinco anos. As palavras de ordem em cada encontro e congresso nacional caracterizam as lutas do MST em determinados períodos e possibilitam acompanhar as prioridades do movimento durante sua história. Observa-se, na cronologia abaixo, primeiramente uma preocupação com a valorização da terra, com a conquista de terras através das ocupações e, a partir de 1995, a preocupação primordial com a compreensão da reforma agrária como um amplo projeto social.

⁸ Artigo “Nossas Bandeiras” disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> Acesso em 26 de junho de 2011

⁹ Baseado no texto “Nossa Proposta de Reforma Agrária Popular”, disponível em <<http://www.mst.org.br/node/7708>> Acesso em 24 de junho de 2011

Quadro no. 01 – Palavras de ordem do MST: uma cronologia, 1979- 2007¹⁰

Ano	Origem	Palavras de ordem
1979	Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária	Terra para quem nela trabalha
1984	1º Encontro Nacional	Terra não se ganha, terra se conquista
1985	1º Congresso Nacional	Sem reforma agrária não há democracia Ocupação é a única solução
1990	2º Congresso Nacional	Ocupar, resistir, produzir
1995	3º Congresso Nacional	Reforma agrária: uma luta de todos
2000	4º Congresso Nacional	Por um Brasil sem latifúndio
2007	5º Congresso Nacional	Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular

Essas palavras, assim como os símbolos ligados ao MST, são segundo Fernandes Mançano (2010, p. 184) “indicadores da organicidade do movimento”, presentes em todas as atividades organizadas pelo MST e que, com o decorrer dos anos, fortaleceram sua identidade que é reconhecida nacional e até internacionalmente.

A organização do MST, sua capacidade de reunir experiências de outros movimentos, sua consolidada história e os aprendizados desses mais de 25 anos de atividades, fez com que seu padrão de reivindicações fosse seguido por outros movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), entre outros¹¹.

Jornal *Sem Terra*

O jornal *Sem Terra* tem como marco de sua primeira publicação o ano de 1981, quando foi criado na cidade de Porto Alegre para ser um canal de comunicação dos acampados da Encruzilhada do Natalino, no Rio Grande do Sul, antes mesmo da fundação nacional do MST. A publicação era mimeografada, contava com cerca de 700 exemplares em formato de boletim e circulava semanalmente entre os militantes do movimento da região sul do país. Em 1985, com a criação da Secretaria Nacional do MST o jornal produzido em *off-set*, passa a circular nacionalmente em formato tablóide.

¹⁰ Quadro retirado de CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: editora Unesp, 2010, p. 185.

¹¹ Sobre o assunto ROSA, Marcelo Carvalho. *Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros*. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: editora Unesp, 2010.

O jornal nasceu com a intenção de ser um canal de comunicação entre o movimento social, seus militantes e a sociedade civil, sendo um instrumento de formação política não somente para os militantes do movimento, mas para todo o público que apóia de alguma forma as ações do MST¹².

De acordo com a jornalista Joana Tavares, que atua no setor de comunicação do MST desde 2007, além de ser um canal de comunicação com a sociedade o jornal nasce na perspectiva de “angariar solidariedade” para as lutas que aconteciam no Rio Grande do Sul. Os objetivos principais da publicação atualmente são “a formação - de temas da questão agrária quanto da política e da cultura de forma geral - e a informação. Além disso, reforça a identidade interna, registra as lutas e preserva a memória da organização” (TAVARES, 2011).

Sua sede está localizada na cidade de São Paulo e o jornal circula mensalmente com tiragem de 10 mil exemplares, formato tablóide, colorido, com 16 páginas. A publicação é produzida pelo setor de comunicação do MST, que conta com jornalistas e militantes de todo o país, os quais, produzem reportagens também para os outros meios de comunicação do movimento (revista *Sem Terra*, boletim virtual, *site* e outros meios de comunicação dentro dos assentamentos) e atuam na assessoria de imprensa do MST.

O jornal ainda conta com colaboradores que apóiam as causas do movimento, entre eles professores universitários, jornalistas, escritores e militantes de movimentos pela terra na América Latina. A distribuição é realizada gratuitamente dentro dos assentamentos do MST e de outras organizações que trabalham junto ao movimento, como Via Campesina e Consulta Popular, além dos assinantes, sendo que a publicação não é vendida em bancas.

Mensalmente, a equipe de jornalistas se reúne com representantes de diferentes setores do MST, que definem os temas que serão pauta em cada editoria do jornal. As pautas são algumas vezes sugeridas por membros do MST nos estados, sendo que o jornal tem o acompanhamento político da direção do MST. Após a consolidação da pauta, o editor do jornal entra em contato com os colaboradores que, em média, têm duas semanas para entregar sua matéria (TAVARES, 2011).

Por ser uma publicação institucional do movimento, a secretaria nacional do próprio MST o financia, assim o jornal não conta com patrocinadores externos.

¹² Informações retiradas do site do jornal *Sem Terra*: <http://www.mst.org.br>. Acesso em março de 2011 e PASSOS, Adriana Araújo. Compreensão do Jornal Sem Terra pela teoria da ação comunicativa. Universidade Federal de Viçosa, março de 2000. Disponível em < <http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/1999/Adriana%20Ara%C3%BAjo%20Passos.pdf>> Acesso em março de 2011.

Análise dos títulos, manchetes e chamadas de capa

A publicação conta com seções fixas: Editorial, Palavra do Leitor e Frase do Mês (página 2), Estudo (página 3), Entrevista (páginas 4 e 5), Estados (páginas 6 e 7), Especial (páginas 8 e 9), Realidade Brasileira (páginas 10 e 11), Internacional (página 12), Lutadores do Povo (página 13), Literatura (página 14) e Balaio (página 15). Além das seções há um caderno chamado *Jornal das Crianças Sem Terrinha*, com quatro páginas, cuja capa é sempre ilustrada por um desenho feito por uma criança assentada.

Foram observadas os títulos, manchetes e chamadas de capa referentes às seguintes seções: Editorial, Estudo, Entrevista, Estados, Especial e Realidade Brasileira, somando 114 títulos e 29 manchetes e chamadas de capa. As expressões mais frequentes são:

Quadro no. 02 – Palavras mais frequentes nas manchetes, chamadas de capa e títulos

1- Luta/lutar/lutas	18 vezes
2- MST	16 vezes
3- Reforma agrária	6 vezes
4- Sem Terra	5 vezes
5- Agricultura/agrícola/agricultor	4 vezes

Luta/lutar/lutas

As palavras luta/lutar/lutas aparecem relacionadas a manifestações já realizadas, enfatizando as reivindicações já conquistadas em tom, na maioria das vezes eufórico, e também estão relacionadas à organização de novas frentes de reivindicação e ao fortalecimento das bandeiras do Movimento, como é possível observar na seleção abaixo:

Quadro no. 03 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos com as palavras luta/lutar/lutas

1- “Mobilizações em 20 Estados marcam luta das mulheres” (manchete, abril, 2010)
2 - “Lutar não é crime” (título seção Editorial, abril, 2010)
3- “Luta em defesa do Código Florestal” (título seção Editorial, junho, 2010)
4- “Juventude que ousa lutar” (manchete, julho/agosto, 2010)
5- “Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime” (título seção Entrevista, outubro, 2010)
6- “Unidade da classe trabalhadora abre perspectivas de lutas” (título seção Especial, outubro, 2010)
7- “Os desafios para a luta em tempo de descenso” (chamada de capa, janeiro, 2011)
8- “A luta dentro e fora da ordem, por Ademar Bogo” (chamada de capa, fevereiro, 2011)

A primeira manchete refere-se à edição de abril de 2010, que leva a uma matéria no interior do jornal, que também traz a palavra luta em seu título: “Mulheres organizadas, luta fortalecida”, publicada na seção Especial, que descreve de maneira concisa as mobilizações das mulheres da Via Campesina em 20 estados brasileiros, durante o mês de março, na “Jornada de lutas contra o agronegócio e contra a violência: por reforma agrária e soberania alimentar”. As manifestações aparecem como uma forma de demonstrar a organização e a força do movimento das mulheres dentro do MST, as quais, além de reivindicarem a reforma agrária em seu mais amplo sentido, defendem também bandeiras específicas do movimento das mulheres.

Esta descrição das atividades do MST em que a palavra luta aparece em destaque pode ser observada também em outras edições como em junho de 2010, quando há uma matéria sobre as manifestações que aconteceram no mês de maio. Na edição de fevereiro/ março também há uma matéria descritiva sobre a jornada de luta das mulheres com o título “Jornada de Luta das Mulheres 2011”.

O segundo título refere-se a um editorial que discute as tentativas de criminalização dos movimentos sociais, a concentração de terras no Brasil e a dificuldade em avançar na reforma agrária do país.

Os impactos da política agrária brasileira sobre o meio ambiente é o tema do terceiro título selecionado, que trata das empresas que têm certificações falsas de sustentabilidade ambiental, o agronegócio e a disputa política sobre a reforma do código florestal brasileiro.

A manchete “Juventude que ousa lutar” refere-se à matéria “Agosto é mês de lutas” publicada na seção Especial que traz informações sobre o projeto de reforma agrária em linguagem voltada para os jovens do movimento, enfatizando a importância da participação dos jovens na conquista da reforma agrária.

O quinto título é de uma entrevista sobre o setor de saúde do MST, em que a luta pela saúde aparece como uma das prioridades da reforma agrária ligada à produção de alimentos saudáveis, à qualidade de vida e o acesso à serviços de saúde específicos para o meio rural.

A matéria “Unidade da classe trabalhadora abre perspectivas de lutas” traça 27 propostas divididas em Política Econômica, Problemas Sociais, Agricultura e Bens da Natureza e Sistema Político Mais Democrático, apresentadas como pautas em comum entre diferentes movimentos da classe trabalhadora.

A chamada de capa “Os desafios para a luta em tempo de descenso” refere-se à matéria publicada na seção Realidade Brasileira com o título “O descenso e a luta do MST” que traz uma entrevista com membro da coordenação nacional do MST sobre os desafios

contemporâneos do Movimento, em que a reforma agrária aparece como uma proposta que é insustentável se for limitada apenas aos membros dos movimentos sociais de luta pela terra, tendo que abranger os interesses de toda a sociedade.

A oitava chamada de capa selecionada nesta análise refere-se à artigo do membro da coordenação nacional do MST, Ademar Bogo chamada “Luta de classes e institucionalidade”. O autor explica de maneira simples algumas das principais ideias do pensador italiano Antônio Gramsci, enfatizando a necessidade de lutar contra as forças hegemônicas.

A alta incidência dos termos luta, lutar e lutas nas chamadas de capa e títulos do jornal revela o intuito militante do mesmo, já que essas palavras aparecem como forma de chamar a atenção dos leitores para a importância de continuar defendendo os ideais do movimento.

MST

A sigla MST aparece em títulos referentes à matérias que tratam de diferentes assuntos como matérias que descrevem conquistas do movimento, projetos em desenvolvimento, reflexões sobre os valores do movimento e reivindicações, como é possível ver no quadro:

Quadro no. 04–Seleção de títulos, chamadas de capa e manchetes que trazem o termo MST

1- “As Cirandas Infantis no MST” (título seção Estudo, abril, 2010)
2- “MST finca bandeira na Mostra de Teatro do Oprimido” (título seção Estados, maio, 2010)
3- “Desafios da cultura do MST” (título seção Estudo, junho, 2010)
4- “A importância da escola para a juventude do MST” (título seção Especial, julho/agosto, 2010)
5- “Nota do MST ao povo brasileiro” (título seção Editorial, outubro, 2010)
6- “Escola do MST tem a melhor nota do Enem 2009” (título seção Estados, outubro, 2010)
7- “MST de Minas Gerais amplia ação na Região Metropolitana” (título seção Estados, outubro, 2010)
8- “Polícia de Pernambuco é condenada por outdoors contra MST” (título seção Estados, janeiro, 2011)
9- “MST realiza encontro em berço do latifúndio” (título seção Estados, fevereiro/março, 2011)

O primeiro parágrafo da matéria “As Cirandas Infantis no MST” relaciona a concentração de terras e riquezas no país com a perda da infância para o mundo do trabalho, enfatizando a relevância das Cirandas Infantis dentro dos assentamentos para a valorização da infância. A matéria ainda apresenta dados sobre educação infantil da Pesquisa Nacional das

Áreas de Reforma Agrária (PNERA) de 2004, que revelam a insuficiência de escolas no campo.

O segundo título selecionado refere-se à matéria “Mostra de Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto – Encontros e Práticas no Pelourinho” que aconteceu em Salvador- Bahia. Outras matérias com a sigla MST no título aparecem nas edições analisadas como em julho/agosto de 2010 em que a seção Estados publicou uma nota sobre a história das ocupações no Mato Grosso com o título “Parabéns MST-MT pelos 15 anos de luta” e em novembro de 2010 na matéria “Curso discute o papel da educação infantil no MST” que descreve curso para educadores infantis dos assentamentos da região Nordeste que aconteceu em outubro de 2010. Em janeiro de 2011 a matéria “MST monta Feira no Rio de Janeiro”, publicada na seção Estados, cobre a Feira de produtos dos assentamentos que aconteceu na capital carioca.

O título “Desafios da cultura do MST” se refere a um artigo assinado pelo Coletivo de Cultura do MST que discute o papel do coletivo e a valorização da cultura do campo e da capacidade criadora dos camponeses.

“A importância da escola para a juventude do MST” remete a uma matéria de duas páginas sobre diversos assuntos ligados à juventude do Movimento e uma entrevista com integrante da coordenação estadual do MST do Pará e do Coletivo estadual de educação e cultura.

A matéria intitulada “Escola do MST tem a melhor nota do Enem 2009” trata de uma escola rural ter sido destaque no Enem 2009 (Exame Nacional do Ensino Médio) em Santa Catarina.

“MST de Minas Gerais amplia ação na Região Metropolitana” relata ocupações no estado de Minas Gerais e as dificuldades em assentar as famílias acampadas.

O oitavo título selecionado, “Polícia de Pernambuco é condenada por outdoors contra MST”, trata da decisão do Ministério Público de Pernambuco de obrigar a Associação dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar/ Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (AOSS) a veicular mensagens em defesa dos direitos humanos e da reforma agrária, após eles terem promovido outdoors contra os Sem Terra.

A sigla do MST aparece relacionada ou a valorização de atividades realizadas pelo movimento, como a matéria que trata de escola rural que obteve nota alta no Enem, ou ao descaso do Estado em relação às lutas do movimento, como os empecilhos para assentar famílias em Minas Gerais. Constata-se, a partir dessa breve observação, que os problemas do

movimento aparecem relacionados à insuficiência de políticas públicas para o campo, não sendo discutidos como dificuldades da própria organização.

Reforma Agrária

Quadro no. 05 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem o conceito reforma agrária

“Os novos ataques dos velhos inimigos da Reforma Agrária” (chamada de capa, maio, 2010)
“Reforma agrária parada, trabalhadores em movimento” (título seção Especial, maio, 2010)
“CPMI contra Reforma Agrária depende do Senado para ser encerrada” (título seção Realidade Brasileira, outubro, 2010)
“Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária” (título seção Estados, outubro, 2010)
“A assistência técnica na perspectiva da Reforma Agrária” (chama de capa, novembro/dezembro, 2010)
“Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” (título seção Especial, abril, 2011)

A chamada de capa e o título, selecionados da edição de maio de 2010, referem-se à matéria publicada na seção Especial que faz uma cobertura das manifestações e ocupações durante o Abril Vermelho que teve como lema “Lutar não é crime” para contrapor a criminalização dos movimentos sociais.

“CPMI contra Reforma Agrária depende do Senado para ser encerrada” trata-se de uma nota sobre a tentativa da senadora Kátia Abreu de prorrogar a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar o MST, com falas de membro da direção nacional e de deputado do PT, não trata sobre o que é a CPMI, parece partir do pressuposto de que o leitor já está acompanhando a discussão.

O título “Alagoas celebra 11ª Feira da Reforma Agrária” refere-se a uma pequena matéria sobre a 11ª Feira da Reforma Agrária, evento anual que acontece em Alagoas.

A chamada de capa “A assistência técnica na perspectiva da Reforma Agrária” é uma referência à matéria “O papel da assistência técnica nos assentamentos” que faz uma revisão histórica da ausência de assistência técnica aos assentados, explicando a lei de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) e cobrando políticas públicas para a autonomia dos trabalhadores rurais.

A matéria “Quinze anos depois, e nada de Reforma Agrária” traz depoimentos de personalidades sobre o massacre de Eldorado de Carajás, um texto explicativo sobre a impunidade dos culpados pelo massacre, um quadro com cobranças em relação a promessas

do governo federal e um texto apontando as principais propostas do MST para melhorar a situação dos trabalhadores rurais, divididas em três eixos: Terra, Assentamentos e Educação.

Os títulos analisados tratam de matérias que relacionam a reforma agrária a assuntos que aparentam ter grande relevância para o movimento: criminalização dos movimentos sociais, organização dos militantes, produção de alimentos, justiça social e propostas políticas em diferentes áreas.

Sem Terra

O termo Sem Terra é utilizado nos títulos das matérias do jornal como sinônimo de membro/ativista do movimento. As matérias tratam de conquistas dos militantes, de um encontro de educadores e de dois assassinatos em foi comprovada a culpabilidade da polícia, o que o jornal associa a uma política de criminalização dos movimentos sociais.

Quadro no. 06 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem o conceito Sem Terra

“Sem Terra ocupam símbolo do latifúndio do café” (título seção Estados, abril, 2010)
“Sem Terra recebem medalha de Direitos Humanos” (título seção Estados, maio, 2010)
“Educadores Sem Terra se reúnem na Bahia” (título seção Estados, julho/agosto, 2010)
“Família de Sem Terra morto pela Brigada Militar irá receber pensão” (título seção Estados, julho/agosto, 2010)
“Trabalhadores Sem Terra são libertados na Bahia” (título seção Estados, setembro, 2010)

O título “Sem Terra ocupam símbolo do latifúndio do café” refere-se a uma pequena matéria que descreve ocupação realizada no estado de Minas Gerais. O título “Sem Terra recebem medalha de Direitos Humanos” também refere-se à uma nota sobre militantes do movimento que foram homenageados com a 22ª Medalha Chico Mendes.

A matéria “Educadores Sem Terra se reúnem na Bahia” descreve o 16º Encontro Estadual de Educadoras e Educadores do MST.

O título “Família de Sem Terra morto pela Brigada Militar irá receber pensão” refere-se a uma nota sobre pensão que família de assentado vai passar a ganhar pelo assassinato cometido em 2009 durante reintegração de posse em fazenda no Rio Grande do Sul. O título “Trabalhadores Sem Terra são libertados na Bahia” também refere-se a uma nota que trata da

libertação de oito militantes presos em emboscada montada pelas polícias militar e civil na Bahia.

O termo Sem Terra aparece associado à identidade dos participantes do MST e em todas as matérias do período está relacionada à conquistas coletivas, mesmo na matéria que trata das premiações de trabalhadores a homenagem é vinculada às atuações do movimento.

Agricultura/agrícola/agricultor

Por se tratar de um jornal vinculado a um movimento cuja reivindicação principal é a terra, pautas sobre agricultura são recorrentes na publicação. Ao observar os títulos pudemos constatar que as matérias estão relacionadas a proposta de agricultura do MST, a agroecologia e sua preocupação com a postura do governo, denunciada como de apoio ao agronegócio.

Quadro no. 07 – Seleção de manchetes, chamadas de capa e títulos que trazem as palavras agricultura/ agrícola/agricultor

“Participação feminina na cooperação fortalece prática de uma nova agricultura” (título seção Entrevista, abril, 2010)
“Pedagogos, técnicos agrícolas e educadores de Ensino Médio vivem em assentamentos de 53 municípios” (título seção Estados, abril, 2010)
“Assentados e pequenos agricultores criam cooperativas de suco” (título seção Estados, novembro/dezembro, 2010)
“O Brasil é uma economia agrícola subalterna” (título seção Entrevista, janeiro, 2011)

O primeiro título do quadro trata-se de uma entrevista com assentada do Rio Grande do Sul que coordena uma cooperativa que reúne 12 famílias assentadas. Na entrevista discute-se reforma agrária, agroecologia, cooperação agrícola, participação das mulheres nas cooperativas, comercialização de produtos agrícolas e o papel da mulher no MST.

“Pedagogos, técnicos agrícolas e educadores de Ensino Médio vivem em assentamentos de 53 municípios” trata da formatura de assentados ligados a cinco movimentos sociais de luta pela terra.

“Assentados e pequenos agricultores criam cooperativas de suco” é o título de uma nota que descreve atividades de cooperativa do MST no Rio Grande do Sul.

A entrevista com o engenheiro agrônomo e cientista social Horácio Martins de Carvalho intitulada “O Brasil é uma economia agrícola subalterna” discute a organização do agronegócio e a posição do Brasil na produção mundial.

Temas como alimentação orgânica, agricultura familiar e agroecologia estão presentes nas quatro matérias salientando a proposta do movimento para o uso da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura popular remete a diferentes percepções como a de algo tradicional e imutável, como sinônimo de culturas de oposição, como representações desvalorizadas diante da cultura de elite e como um espaço de confronto. A cultura popular está envolta no que Marilena Chauí (1986) denomina de jogo entre conformismo, inconformismo e resistência.

Intimamente ligado à questão da cultura está a identidade, a expressão da subjetividade. As identidades culturais não são fixas, reúnem diferentes concepções culturais em um mundo em que é possível (ainda que não esteja ao acesso de todos) o encontro com as mais diversas tradições culturais.

Assim, buscando uma perspectiva não apocalíptica em relação à modernidade, época em que todas as questões da humanidade parecem efêmeras, o conceito de comunidade é retomado como uma forma de abrir novos caminhos para as relações humanas. As reflexões em torno da comunidade não devem ser compreendidas como simples saudosismo, mas como a valorização das formas de identificação do sujeito humano na atualidade que se dão em novas concepções de tempo e espaço.

A necessidade de identificar-se aparece de maneira intensificada quando adentra-se os movimentos das minorias em que reunir-se em comunidade é uma postura política, uma forma de posicionar-se contra a organização social atual que evidencia desigualdades de todo tipo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra busca objetivos amplos para todas as áreas sociais, a reforma agrária não é compreendida apenas como a conquista de um território, mas como uma ação política para mudar a realidade excludente.

A organização do MST tanto em relação à direção do movimento social quanto na organização das ocupações, pré-assentamentos e assentamentos demonstram a eficácia de uma identidade coletiva que é fortalecida pelas palavras de ordem, pelos símbolos e também pelos meios de comunicação do movimento.

A análise das manchetes, chamadas de capa e títulos do jornal *Sem Terra* permitiu perceber os elementos que norteiam o discurso da publicação: a luta como incentivo à ação política dos leitores, o fortalecimento do MST enquanto movimento social, a reforma agrária

como bandeira principal do movimento, o sem terra como personagem principal e a agricultura como campo de ação.

Estes elementos evidenciam traços da identidade coletiva do movimento: a busca pela mudança da realidade como principal bandeira sendo a palavra luta referência em relação à comemorar as conquistas e à continuar no fortalecimento de frentes de reivindicação. Há, aparentemente, uma perspectiva de luta contínua, sendo que em nenhuma das matérias a conquista aparece dissociada de novas cobranças.

A valorização da cultura do campo associada à capacidade criadora dos militantes é tema de reflexões no jornal. Destaca-se no período analisado a matéria “Desafios da cultura do MST” de junho de 2010, em que se discute a cultura como termo originalmente ligado ao cultivo da terra e que é compreendida pelo MST como construção social, como um conceito de identificação social, de concepção de ideias, desejos e valores que deve ser concebido como uma forma de “romper com a lógica do espetáculo, que separa público e artistas, em nossas produções artísticas e culturais” (trecho da matéria “Desafios da cultura do MST”, junho de 2010).

O uso do termo sem terra como sinônimo de membro/ ativista demonstra o quanto a linguagem do jornal é utilizada para reforçar a identidade do sujeito vinculado ao movimento, expressando sentimento de coletividade.

A afirmação da identidade do MST através de seus meios de comunicação tem papel essencial ao difundir na sociedade uma perspectiva diferenciada sobre suas ações diante de uma mídia que insiste em criminalizar os movimentos sociais¹³. A partir desta breve análise do jornal *Sem Terra*, concluímos que a comunicação comunitária não busca cumprir apenas a função de divulgadora de concepções de um determinado grupo, mas é utilizada como um instrumento para o fortalecimento identitário, a valorização cultural e a preservação histórica das experiências das minorias.

A identidade dos militantes aparece relacionada às conquistas e lutas coletivas e nunca como conquistas de um único sujeito, o que pode ser associado com a força da concepção de comunidade para os ideais do MST. Protagonismo talvez seja a palavra que mais se aproxime da identidade coletiva do MST, a concepção de que o sujeito é dono de sua história e pode transformá-la.

¹³ Sobre o tema foi lançado em 2011 pelo coletivo Intervezes o relatório “Vozes Silenciadas”, que demonstra como as ações do MST têm sido tratadas como sinônimo de ilegalidade pelos grandes jornais brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. **A Indústria Cultural**. Trad. Amélia Cohn. In: COHN, Gabriel (org). Comunicação e Indústria Cultural. São Paulo: TA Queiroz, 1987.

ADORNO; HORKHEIMER. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRANCALEONE, Cassio. **Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies**. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. V. 39, no. 1, 2008. Disponível em < www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs_v39n2a7.pdf>. Acesso em novembro de 2011.

BERGER, Christa. **A comunicação emergente: popular e/ ou alternativa no Brasil**. Porto Alegre, Mimeo: 1989

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Média: Europa 1500-1800**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: editora Unesp, 2010.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e Poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

_____. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin. **Journalism and popular culture**. Londres: Sage, 1992.

DOWNING, John. **Mídia Radical**. São Paulo: editora SENAC, 2004.

ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e Comunidade In PAIVA, Raquel (org.). **O Retorno da Comunidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FERNANDES MANÇANO, Bernardo. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: editora Unesp, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

GOMES, Itania Maria Mota. **O que é popular no jornalismo popular?**. In Mídia e Poder. COUTINHO; FILHO; PAIVA (orgs.). São Paulo: Mauad X, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1992.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende [et all]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NOGUEIRA, Silas. **Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política**. São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. 282 p. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

MOURÃO, Mônica (org.). **Vozes Silenciadas**. São Paulo: Intervezes, 2011. Disponível em <http://www.intervezes.org.br/publicacoes/livros/vozes-silenciadas/VozesSilenciadas_Final_1009.pdf>. Acesso em novembro de 2011.

PAIVA, Raquel (org.). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003

ROSA, Marcelo Carvalho. **Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros**. In CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: editora Unesp, 2010.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social**. Revista Sociologia USP, São Paulo, 1993. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0512/Modernidade.pdf>> Acesso em novembro de 2011.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. Projeto **Gênesis - Educação e Comunicação Comunitária**. Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Caxias do Sul, 2010.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. **Mídia e Cenários Políticos e Culturais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2006.

TAVARES, Joana. Entrevista ao autor, 2011.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y asociación – El comunismo y el socialismo como formas de vida social**. Trad. José Eduardo Rodil. Lisboa: Edições 70, 1988.